

JORNAL do **Sint-UFG**

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás - Novembro/95 nº 14

Assembléia de Aposentados da UFG repudia corte nos salários

**Sem Recursos,
UFG pode
paralisar
atividades**
Pag. 4

■■■

**Governo
investe contra
conquistas dos
aposentados**
Pág. 3

Mais de duzentos servidores aposentados estiveram reunidos em Assembléia Geral, convocada pelo Sint-UFG, no dia 6 de outubro, na Faculdade de Enfermagem. Eles protestaram contra a redução de seus vencimentos, provocada por um parecer do Tribunal de Contas da União (TCU). Durante a Assembléia, a categoria aprovou duas notas - uma endereçada à bancada goiana com assento no Congresso Nacional e outra ao Reitor da UFG, Ary Monteiro do Espírito Santo. Pág. 2



Aposentados lutoram o Auditório da FEN

**Fasubra, Andes e UNE divulgam
manifesto conjunto Pág. 4**

E DITORIAL

Governo FHC golpeia conquistas sociais

O Plano Real estabilizou a moeda às custas da inflação no pico (hiperinflação estimulada), da ancoragem do dólar e no arrocho salarial. A crise estrutural se mantém intacta, mais de 50 % das terras estão nas mãos de 1% dos grandes proprietários, e permanece o comprometimento de mais de 40% da receita com o pagamento das dívidas externa e interna.

A reestruturação produtiva, ainda inicial, registra marcas recordes, ano a ano, dos índices de desem-

pregados perderam definitivamente seus postos de trabalho. Só nestes últimos quatro meses, mais de 150 mil trabalhadores perderam seus postos de trabalho no ABC. Nos EUA e na Inglaterra, durante a década de 80, com a reestruturação produtiva, superaram os patamares de 15 e 10%, respectivamente, nos índices de desemprego em relação às suas PEAs respectivas.

O Plano Plurianual do governo reforça ainda mais os desequilíbrios regionais e sociais: resume-se ao extrativismo no Norte, ao turismo no Nordeste.

Sudeste.

Ao lado da crise, de natureza estrutural, a crise conjuntural se encontra abafada ainda devido ao fenômeno da estabilização inflacionária, que o governo ostenta. E isso através de um sacrifício estúpido, para a economia, que se encontra em recessão e para os trabalhadores e o povo, de modo geral, com o crescente desemprego industrial, o arrocho salarial e a falta de perspectivas de vida. Como produto final, é obtido um crescimento assustador da miséria absoluta.

As reformas neoliberais,

patrimônio público para as mãos dos oligopólios internacionais, liquidando de vez com a já insípida soberania nacional. Projeta ainda um estatuto mínimo, enxuto, com capacidade gerencial para administrar os negócios da burguesia e descomprometido com as políticas de âmbito social, como a educação, a saúde e a seguridade e previdência social.

As reformas neoliberais liquidam a Constituição de 88 e dão um novo perfil ao Estado. O objetivo central é a entrega das nossas

Assembléia de Aposentados aprova notas aos parlamentares goianos e à reitoria

Mais de 200 servidores aposentados da UFG reunidos no último dia 6 de outubro, na Faculdade de Enfermagem e Nutrição, discutiram a situação desse segmento, especialmente, a retirada da vantagem prevista no artigo 192, que acarretou diminuição em torno de 20% nos seus proventos.

Eles aprovaram, por unanimidade, a elaboração de duas notas: uma repudiando o comportamento omissivo da



Diretores do Sint-UFG conduziram os trabalhos da Assembléia

bancada goiana, com assento no Congresso Nacional, que

nada faz em favor dos aposentados; a outra, endereçada ao

Reitor Ary Monteiro do Espírito Santo, critica o acatamento do parecer do Tribunal de Contas da União, que resultou no corte de benefícios.

A Assembléia foi convocada e dirigida pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFG e contou com as presenças do Coordenador Sindical, Paulo Guerra, e do Secretário de Finanças, Júlio César Prates.

Confira, a seguir, a íntegra das duas notas:

Repúdio a parlamentares

Os servidores aposentados da Universidade Federal de Goiás, reunidos em Assembléia Geral, no último dia 6 de outubro, na Faculdade de Enfermagem e Nutrição, deliberaram por unanimidade enviar uma moção de repúdio aos parlamentares da bancada goiana com assento no Congresso Nacional. Tal decisão assenta-se nos seguintes pressupostos:

1. Alguns parlamentares adotam posições abertamente prejudiciais aos interesses dos trabalhadores, em especial, dos aposentados;

2. Outros, são coniventes e se omitem frente as propostas do governo FHC que visam a agravar a situação de penúria que se abate sobre essa parcela significativa de nossa população;

3. A proposta do governo não leva em conta que esses trabalhadores já contribuíram durante décadas para a Previdência Social, para que tivessem na velhice condições dignas de vida;

4. A subserviência da

bancada goiana no Congresso Nacional envergonha os goianos, que votaram nesses parlamentares para que adotassem posturas de independência frente ao governo federal, e não se portassem como marionetes à mercê dos interesses dos poderosos;

5. Só dois parlamentares - Aldo Arantes e Pedro Wilson - estão honrando os seus mandatos, essas excessões só confirmam a regra: temos uma grande maioria de parlamentares completamente dissociados dos interesses populares e umbilicalmente ligados aos grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros.

Concitemos à população para que dê o troco merecido a esses políticos nas próximas eleições. Vamos eleger parlamentares que se mostrem comprometidos com os anseios da população e dos trabalhadores brasileiros.

Goiânia, 6 de outubro de 1995
Assembléia de Trabalhadores Aposentados da UFG

Nota à Reitoria

O aposentado é um trabalhador que durante décadas contribuiu com o sistema previdenciário para que na velhice pudesse viver com tranquilidade e dignidade. Esse é o nosso perfil, aposentados da UFG, que assistimos indignados a redução de nossos parcos proventos, com base num parecer do Tribunal de Contas da União. Tal decisão é um desrespeito completo para com o nosso segmento, que contribuimos com grande esforço para a construção dessa Universidade. Por tais razões, discordamos da posição da Reitoria da UFG que determinou o corte de nossos vencimentos. Ficamos frustrados frente a essa decisão, pois tínhamos outra expectativa diante da

administração superior da Universidade, uma vez que esperávamos de seus integrantes, em especial do Magnífico Reitor, a adoção de posições em defesa dos trabalhadores dessa instituição.

Esperamos que a Reitoria reflita melhor sobre esse gesto precipitado e injusto, prejudicial a centenas de trabalhadores que merecem respeito, reconhecimento e, acima de tudo, justiça. Vamos todos lutar para que nossos direitos sejam preservados. Estaremos unidos em torno desse objetivo.

Goiânia, 6 de outubro de 1995

Assembléia Geral de Servidores Aposentados da UFG

SIAPE mantém restrições sobre convênios

As restrições do SIAPE com relação aos convênios do Sint-UFG continuam. Até o momento, só foram liberados os que fazem parte da área de saúde. Estes continuam com os procedimentos normais. Os demais (tais como: lojas e farmácias) esperam a liberação de código. De acordo com o SIAPE, tais convênios não são necessários para o servidor.

O órgão também mantém restrições quanto ao Pecúlio. O SIAPE recusa-se a liberar o código para desconto, alegando que o funcionário já dispõe de

auxílio-funerário. No entanto, esta cobertura só beneficia o servidor. Ou seja, não é extensiva a seus dependentes. E o valor máximo liberado corresponde, apenas, ao limite de seu salário, mediante comprovação de despesas.

O Sint-UFG já solicitou e tão logo receba uma listagem do DP com os nomes dos servidores que participam do Pecúlio, convocará reunião, com todos os seus integrantes, para discutir as formas de funcionamento desse serviço e o desconto em folha.

Plantio de árvores

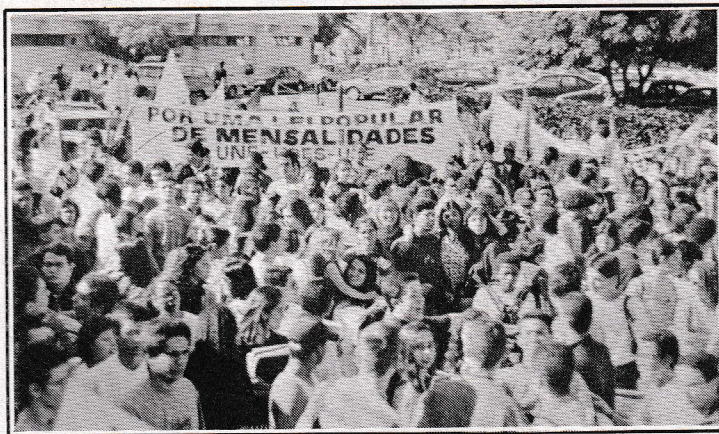
Atendendo um antigo anseio da comunidade, a diretoria do Sint-UFG fará realizar, no próximo dia 10, às 11 horas, na sede social (Clube), o plantio de árvo-

res para reflorestar a área que margeia o rio Meia Ponte. O Sint-UFG convida todos os associados e familiares para participarem dessa iniciativa.

Governo quer suprimir conquistas dos aposentados

O governo de FHC definiu como um dos seus principais alvos a chamada Reforma da Previdência Social. E, em essência, o que se pretende com isso? Confiscar os direitos dos aposentados assegurados pela Constituição de 1988. Segundo a retórica palaciana, a Reforma visa a beneficiar os trabalhadores de baixa renda. No entanto, de acordo com a emenda constitucional apresentada ao Congresso Nacional os trabalhadores que hoje contribuem com 8% de seu salário total passariam a contribuir com 9%, caso a emenda seja aprovada.

Na realidade, com a Reforma Previdenciária, o governo pretende alcançar dois objetivos: o primeiro, cortar substancialmente os gastos com a seguridade social, conforme determina o FMI (Fundo Monetário Internacional) para a implantação do plano neoliberal, pouco importando se essa medida implica supressão de direitos fundamentais e elementares. Em segundo, abrir caminho para enterrar definitivamente a Previdência Pública com a sua consequente substituição pela pri-



O povo repudia a política de FHC para os aposentados

vada, a quem o ministro Reinhold Sthephanes representa.

Deve-se lembrar que as empresas de Previdência Privada estão incluídas entre os grandes financiadores da campanha de FHC. Ninguém, em sã consciência, poderia acreditar que o fizeram gratuitamente.

O propalado caos financeiro da Previdência Social não resulta dos minguados proventos pagos aos trabalhadores aposentados e pensionistas. Origina-se na desbragada sonegação, com a cumplicidade do Palácio do Planalto, assalto a seus cofres e incompetência gerencial. Decorre, ainda, da indevida e

criminoso utilização de seus recursos para pagamento das dívidas interna e externa, usurpando, assim, o patrimônio dos trabalhadores e desviando-o para enriquecer banqueiros e especuladores.

O desequilíbrio crescente entre o número de contribuintes e o de beneficiários da Previdência Social tem como causa a sonegação e falência do modelo econômico vigente, concentrador e excludente, que transforma milhões de brasileiros em desempregados, obrigando-os a recorrer à economia informal e ao subemprego, tornando-os, via de consequência, não

contribuintes.

Especificamente quanto aos servidores públicos federais, não é este o caso. Eles contribuíram durante décadas para que quando se aposentassem recebessem pensão digna, que lhes assegurasse um mínimo de tranquilidade e segurança. Onde foram parar os recursos dessas contribuições? Ninguém sabe. Ou melhor, para encontrá-los basta seguir as trilhas das falcatruas, desvios de verbas e incompetência gerencial.

Conclui-se, pois, que a responsabilidade pela situação atual da Previdência Social não deve ser imputada aos trabalhadores ou mesmo aos aposentados. Eles são vítimas desse descalabro e deveriam ser tratados como tal. Mas, o que faz o governo FHC? Joga sobre os ombros da população o ônus de toda essa política criminoso. Por isso mesmo, os movimentos sociais devem se unir e arregimentar forças, pois caso venha a se concretizar essa nefasta privatização, serão atingidos de modo profundo os interesses e os anseios da população.

Assembléia Geral Substitui Diretores

A Assembléia Geral dos Servidores da UFG, realizada no último dia 12 de setembro, aprovou a substituição de diretores do Sint-UFG que não tinham assiduidade nas reuniões da diretoria, conforme determina o artigo 45, do estatuto do Sindicato. O levantamento foi realizado pelo Conselho de Representantes

que propôs a substituição à Assembléia Geral.

Em decorrência do não cumprimento do artigo 45, foram afastados os seguintes diretores: Wilmar Ferraz (ICHL), Marcos Antônio B. de Souza (Biblioteca Central), Lucilene Santana (HC), Celiseo Espíndola (HC). Também foram preenchidas as vagas deixadas pelos diretores Pedro Cruz (Fac. Odon-

to), José Nerivaldo (Fac. Educ.), estes haviam renunciado a seus mandatos em meados de 94. Ainda ficaram vagos dois cargos: Assessor Sindical e Assessor de Formação Política.

Com as alterações, a atual diretoria do Sint-UFG ficou composta do seguinte modo: Marilda Nogueira (Escola de Agronomia), assume a Coordenação Soci-

al; Antônio Gilson (Escola de Veterinária), a Vice-Coordenação; Reismar Rosa Gaião (ICB-I), Secretaria Sindical; Antônio Novaes (Cegraf), 1ª Secretaria de Imprensa e Divulgação; Fátima dos Reis (Procom) a 2ª Secretaria de Imprensa e Divulgação; João Alcione (HC), assume a Assessoria Jurídica.

Notas

● A XIV Olimpíada Interna da UFG será aberta a partir do dia 10 de novembro. O Sint-UFG está estimulando a participação dos servidores (técnico-administrativos e docentes). A entidade espera obter resultados positivos, a exemplo do que aconte-

ceu na Olimpíada do ano passado

● A plenária da Fasubra, realizada no dia 20 de outubro, definiu a pauta de reivindicações dos servidores, que será protocolada no MEC. Entre os pontos principais, figuram: cumprimento do acordo da greve,

que aconteceu no início deste ano; mais verbas para as Universidades; rehierarquização; plano de carreira; precatórios corrigidos; autonomia universitária.

● Aconteceu em Brasília, no último dia 10 de outubro, a reunião de mulheres da Fasubra. O obje-

tivo do encontro foi o de debater os problemas específicos desse segmento. Constaram da pauta temas como: violência contra a mulher, discriminação, assédio sexual e creches. Uma nova reunião está prevista para acontecer na véspera na próxima plenária da Fasubra (dia 11/11).

UFG Ameaçada de Colapso

Sem dinheiro em caixa, a Universidade Federal de Goiás poderá paralisar todas as suas atividades - incluindo aulas - no início de novembro, caso não receba até o final do mês uma suplementação orçamentária do Governo Federal. A advertência é da pró-reitora de Administração e Finanças, Ivoide Machado de Castro e Souza, que revela serem necessários 6 milhões de reais para a UFG fechar o ano. A verba está sendo negociada com o Ministério da Educação, mas sua liberação depende também de aprovação da Secretaria de Planejamento e do Congresso, o que deve retardar ainda mais o repasse.

Com a situação, a UFG já deixou de quitar as contas de água, luz e telefone, que somam 165 mil reais, suspendeu o pagamento dos serviços de vigilância e limpeza e não está autori-



Povo repudia política neoliberal de FHC

zando atividades que dependam de recursos imediatos. São os casos de viagens, remuneração de professores de fora (que representam significativa parte do corpo docente dos cursos de pós-graduação), pedidos de material de consumo e consertos de veículos e equipamentos. A Universidade está impedida ainda de preencher 406 vagas no quadro

de pessoal, derivadas de aposentadorias, demissões e desligamentos.

São 162 vagas para professor e 244 para funcionários técnico-administrativos. Soma-se a isso o atraso de reformas físicas, como as do Restaurante Universitário do Campus I, que por falta de verbas e excesso de custos está fechado desde o

primeiro semestre. "Começar novembro assim é impraticável", afirma Ivoide.

Os funcionários também estão sendo afetados. Eles não receberam o vale-transporte de outubro e a perspectiva é de que, já a partir do próximo mês, deixem de receber o vale-refeição.

Todas estas restrições vão atingindo, aos poucos, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como não há recursos para reposição de material didático, o funcionamento dos 29 cursos começa a ficar comprometido. Algumas aulas, sobretudo aquelas realizadas em laboratório, só terão como ser ministradas enquanto durar o material que elas requerem. Depois, só com a liberação de novos recursos. Se não houver solução, isso pode significar um ano letivo bem mais longo que o previsto.

Paulo José - O Popular 15/10/95 Pág 11a)

FHC quer acabar com o Ensino Público e Gratuito no País

Nos dias 21 e 22 de outubro de 1995, na Universidade de Brasília (UNB), as entidades de professores, técnico-administrativos e estudantes do ensino superior (ANDES-SN, FASUBRA-Sindical e UNE) realizaram o I Encontro Nacional Unificado, com o tema "Um Projeto para a Universidade Brasileira".

O Encontro foi realizado num contexto onde o Governo FHC promove o maior ataque já visto à educação pública brasileira e, em especial, às Instituições Públicas de Ensino Superior. Paralelamente à crise orçamentária das Instituições Federais de Ensino Superior, o governo encaminha ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 233/95, de 15 de outubro).

A PEC 233/95 propõe o fim da autonomia universitária enquanto preceito constitucional, auto aplicável, atrelando-a aos projetos governamentais, à

conjuntura e à correlação de forças no Congresso Nacional. A proposta, ao restringir o conceito de gratuidade, possibilita que o Parlamento acabe com a gratuidade nos estabelecimentos oficiais e, além disso, não adiciona um único centavo aos investimentos públicos para a educação.

A PEC 233/95 faz parte de um conjunto de medidas do governo para as reformas estruturais impostas pelos organismos internacionais: substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Projeto de Lei, que dispõe sobre a eleição de Dirigentes das universidades; PEC 173/95 da Reforma Administrativa; Medida Provisória que institui o exame de qualificação para os graduandos; a Lei das Fundações Apensas às Universidades; o Fundo Social de Emergência; entre outros.

Essas iniciativas afrontam a autonomia, a democracia e a universalização do acesso às Instituições Públicas de Ensino Superior. Estão fundadas em uma lógica que só ad-

mite a educação como instrumento da política econômica, introjetando, até mesmo, nas funções públicas, os valores e critérios de mercado. Na prática têm como objetivo: descomprometer o Estado com o Ensino Superior Público e Gratuito; acabar com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, reforçando a política dos "centros de excelência"; submeter os dirigentes das Instituições ao controle pelo poder executivo; restringir os mecanismos democráticos, no âmbito das universidades, de decisão, controle e gestão; e acabar com a gratuidade do Ensino Superior Público.

O I Encontro, além de reafirmar a posição contrária das três entidades às reformas neoliberais do governo FHC, repudia a forma como está sendo conduzido o processo, fundamentado no autoritarismo, na mentira, na prepotência, e na política fisiológica descarada "do é dando que se recebe...".

A ANDES-SN, a FASUBRA-Sindical e a UNE saem deste I Encontro, unificadas no sentido de con-

tinuar construindo um projeto de universidade que seja, em primeiro lugar, **realmente Pública, Gratuita, Laica, Democrática**. Que garanta tanto um **padrão unitário de qualidade como universalidade do acesso**. Por último, realmente **autônoma** na medida que seja sustentada por **investimento público** e, que preste contas e seja **avaliada a partir de instrumentos democráticos**, tendo como sujeitos a comunidade universitária e a população.

Para garantir isso, estudantes, professores e técnico-administrativos, voltarão às ruas denunciando o caráter excludente do projeto governamental e buscarão construir as formas de mobilização que forem necessárias para defender o direito à educação.

Em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade

ANDES - FASUBRA - UNE

EXPEDIENTE

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

5ª Av., esq. c/ 227, S. Universitário - Goiânia-GO - Fone: 261-4465

Diretoria
Coordenador Sindical:
Paulo Guerra

Secretário Social:
Joaquim Leite de São José
1º Secretário de Finanças:

Júlio César Prates
1º Secretária de Imprensa e Divulgação:
Antônio Novas

2º Secretária de Imprensa e Divulgação:

Fátima dos Reis
Vice-Coodenador Sindical:
João Pires Júnior

Coordenadora Social:
Marilda Nogueira
Vice-Coodenador Social:
Antônio Gilson

2º Secretário de Finanças:
Pedro Batista da Silva

Secretaria Sindical:
Reismar Rosa Gaião
Assessoria Jurídica:
João Alcione
Jornalista Responsável:
Francisco Barros (Reg. Prof. 429/03/116)
Programação Visual:
Charles W. de O. Campos
Coordenação Gráfica:
GRÁFICA KELPS - (062) 225-8116